



INTEGRAÇÃO OU INCLUSÃO DO ESTUDANTE SURDO NO ENSINO REGULAR E NO ESPECIAL

ARTIGO DE REVISÃO

ROSINHA, Nicolle Callado¹, TOZZO, Cristiane Regina²

ROSINHA, Nicolle Callado. TOZZO, Cristiane Regina. **Integração ou inclusão do estudante surdo no ensino regular e no especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 06, Vol. 05, pp. 85-97. Junho de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/estudante-surdo>

RESUMO

Este artigo científico enfoca o aluno surdo, abordando suas três opções de estudo: escola regular, atendimento educacional especializado e escola especial. Através da metodologia de revisão bibliográfica foi possível responder quais recursos humanos e materiais são necessários para que esse aluno consiga se inserir em uma classe regular. Para efetivar esta inclusão, o presente trabalho apresentou sugestões aos professores regentes, como atentar e prestar mais atenção as limitações do estudante surdo, bem como utilizar um vocabulário simples e claro; fazer uso de gestos e recursos visuais; e estimular a interação com os colegas ouvintes. O processo de inclusão também depende de ajustes no projeto pedagógico da escola e no currículo, que costuma ser pensado para a maioria ouvinte. Igualmente, depende da contratação de um intérprete e da complementação com a sala de recursos multifuncionais. Ao analisar as condições que as escolas regulares oferecem ao estudante surdo, discutiu se elas permitem somente a integração ou uma real inclusão. Verificou-se que, configura apenas em integração a situação em que o aluno surdo realiza a matrícula em uma escola regular, porém a instituição não cumpre adaptações para incluí-lo em seu espaço e projeto pedagógico.

Palavras-chave: Inclusão, Aluno surdo, Escola regular, Atendimento educacional especializado, Escola especial.

1. INTRODUÇÃO

O tema escolhido para realizar este presente artigo científico foi a educação inclusiva, com enfoque no aluno surdo. Em uma época, em que cada vez mais se luta pela



efetivação dos direitos contidos no artigo 5º e 6º da Constituição Federal da República do Brasil de 1988, com destaque para a igualdade de direitos entre os indivíduos e o direito à educação, a discussão a respeito da educação inclusiva se torna de extrema importância.

Se a busca é por uma sociedade cada vez mais acolhedora, os professores têm que estar preparados para lidar com os diversos tipos de deficiências em sala de aula, sejam elas físicas ou sensoriais. Esta problemática tem relevância, tanto para a área da Educação e Ensino, quanto para a sociedade como um todo. Os pais da criança com necessidades especiais devem ter a noção de que, é dever do Estado fornecer vagas nas escolas regulares para estes meninos e meninas, sendo respeitadas as suas limitações, e não mais uma concepção de que o deficiente é um ser limitado, que deve ser cuidado somente dentro de casa. Pelo contrário, suas habilidades devem ser estimuladas para aumentar a autoestima e independência. Esta convivência em sala de aula também é um ganho para os colegas, que crescerão solidários, ajudando o amigo em suas necessidades, diminuindo o preconceito.

O objetivo desse estudo consistiu em chamar a atenção para as condições que devem ser oferecidas aos alunos com deficiência, mais especificadamente os com surdez, a fim de que possam estudar em escolas regulares. A ideia é refletir se as ofertas educativas dentro da escola regular e nas escolas especiais têm a finalidade de segregar ou de inserir esta parcela da sociedade. Também, a diferença entre integração e inclusão, considerando que, a participação e aprendizagem dependem de um sistema educacional de qualidade, não consiste na mera integração escolar que não é capaz de dar suporte na proposta.

Tem-se como finalidade nessa pesquisa, responder à pergunta sobre quais meios garantem o acesso, permanência e aprendizagem dos alunos com deficiência na rede regular de ensino, de forma que sejam respeitados o direito constitucional à diferença e a diretriz constitucional de inclusão social. Rigoldi e Neme (2017) questionam se as escolas regulares estariam possibilitando um ensino de qualidade e o pleno exercício da cidadania. Nessa direção, o trabalho analisa a efetividade prática da atual política pública de educação especial.



Dentre as deficiências, este trabalho destacou o estudante surdo, assunto que está sendo muito comentado ultimamente. A disciplina de Libras tornou-se obrigatória no currículo escolar de todos os cursos de formação de professores, tanto na formação pedagógica, quanto nas licenciaturas. A temática é tão relevante que, no ano de 2017, o tema da redação do Exame Nacional do Ensino Médio foi "Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil", e o exame passou a contar com vídeo prova traduzida em Libras (BERMÚDEZ; MARTINS, 2017).

2. METODOLOGIA

Para atingir o objetivo do artigo científico, foi utilizada a metodologia de revisão bibliográfica, tendo sido consultados livros, dissertações e anais de eventos científicos das bibliotecas das Faculdades de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), localizadas no bairro da Urca. Nas duas bibliotecas foram verificados dados históricos e contemporâneos da educação dos surdos e a forma de análise utilizada foi uma contraposição do que a literatura diz sobre o tema. Também foram realizadas pesquisas em livros digitais, artigos e legislações disponíveis na Internet.

Este tipo de metodologia tem o objetivo de prover fundamentação teórica ao trabalho e demonstrar o conhecimento atual do tema. Além disso, possui a vantagem de reunir informações de diversos autores, abarcando mais do que um único pesquisador poderia investigar. É importante salientar que a pesquisa bibliográfica permite a análise de um tema sob um novo enfoque, chegando a conclusões inovadoras (MARCONI; LAKATOS, 2019).

No que tange aos procedimentos metodológicos, a autora iniciou pela leitura dos materiais teóricos, depois foi feita uma organização do texto, culminando no seu resumo. A população estudada no presente artigo foi a de alunos surdos, enquanto os espaços foram a escola regular e a escola especial. Então, tem-se como critério de inclusão os estudos que tratam dos estudantes surdos, e como critério de exclusão os estudos que tratam dos discentes sem esta perda auditiva.



Foi feita uma abordagem qualitativa, que é aquela em que os dados reunidos descrevem um determinado assunto, partindo de pontos de vista e opiniões dos autores pesquisados. Este tipo de abordagem tem um caráter subjetivo, o que significa que seu resultado não mostra números concretos, mas sim, ideias.

Desse modo, apresenta-se a discussão acerca do tema nos moldes a seguir.

3. BREVE ANÁLISE DA CLASSE REGULAR, ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E ESCOLA ESPECIAL

Um indivíduo com necessidades educacionais especiais tem três opções, são elas: instituições especiais, atendimento educacional especializado ou a escola comum. Quando ocorre a inserção em uma escola regular, o perigo é que, o aluno não esteja em foco, não haja alteração no projeto da escola ou fique em um plano secundário. Para começar, normalmente, em uma escola comum, há um ou dois alunos especiais nas salas de aula, tornando os conteúdos, atividades e procedimentos pensados para a maioria. No caso de uma classe de aula com um deficiente auditivo, por exemplo, que tudo será pensado para os ouvintes. Observa-se que, os surdos passaram a imitar o que os outros – ouvintes - faziam, simulando que conseguiam acompanhar o conteúdo, mas, na realidade, não alcançavam o mesmo patamar de sua classe regular. Dessa maneira, constata-se que, quando a professora notava que o aluno surdo não se encontra no mesmo ritmo dos outros, acabava dando-lhe um exercício mais simples, ou mandava refazer algum trabalho anterior (GÓES, 2004, p. 69-80).

Além da dificuldade de um plano de aulas preparado para ouvintes, Góes (2004), lembra que, também há a difícil tarefa de dialogar com os colegas.

Glat (2007), sugere que, os colegas de classe recebam o amigo especial com naturalidade, assim como devem tentar sempre se comunicar com ele, ainda que, no começo, não consiga entendê-los. O capítulo que consta no livro “Educação inclusiva:



cultura e cotidiano escolar” mostra sugestões para a interação entre alunos. Vejam quais são:

Designar um colega de classe para assegurar que um aluno tenha compreendido as orientações transmitidas oralmente, fazendo-o repetir o que foi dito. Incentivar os alunos à busca e utilização de materiais visuais como fotos em revistas, figuras em livros, palavras soltas ou frases em jornal. Organizar as mesas em duplas ou quartetos de modo que os alunos se posicionem de frente um para o outro, favorecendo a comunicação entre os mesmos durante as atividades propostas. Apresentar atividades de aprendizagens com a formação de pequenos grupos para estimular a cooperação e a comunicação entre os alunos-tutoria por pares (GLAT, 2007, p. 112).

Nesse mesmo capítulo, Glat coloca o acolhimento do professor como o mais importante, não o rejeitando e nem superprotegendo.

De acordo com a autora, para que o surdo se sinta plenamente inserido, o professor pode:

Utilizar a Libras, gestos naturais, dramatização, mímicas, desenhos como recursos para facilitar a compreensão dos textos que estejam sendo trabalhados em aula. Proferir frases completas, não exagerando na articulação das palavras nem na velocidade da fala. Utilizar sempre a escrita no quadro de giz e diagramas de qualquer tipo de material escrito, slides, transparências, desenhos, entre outros, para escrever as palavras-chave. Utilizar recursos e materiais adaptados durante o processo de ensino e aprendizagem, a exemplo do treinador de fala, tablado ou softwares educativos. Manter o rosto do professor em determinada localização de forma que fique iluminado pela luz durante a pronúncia das palavras. Falar sem movimentar muito a cabeça ou o corpo para que o aluno registre a leitura da fala. Organizar espaços produtivos que permitam ao aluno desenvolver e estimular a criatividade, ludicidade, autonomia, memorização, raciocínio lógico e sociabilização, como cantinho de jogos ou artes, espaço da leitura e espaço da dança. Fazer síntese e resumir conclusões para favorecer a apreensão das informações abordadas verbalmente. Empregar glossários ou listas de palavras que estarão incluídas na atividade desenvolvida e anexá-las em um mural visível a todos na sala. Alternar atividades verbais com as motoras (brincadeiras e danças), diminuindo, assim, o cansaço causado pela atenção visual constante do aluno (GLAT, 2007, p. 111).



É preciso que, a formação continuada de professores, com foco na diversidade, seja uma prioridade, que façam uma revisão de suas práticas pedagógicas. Pelo fato de a linguagem, ainda, ser considerada a maior barreira, os professores precisam fazer o curso de Libras ou intérpretes, os quais devam ser contratados para atuar em sala de aula (GLAT, 2007, p. 110-115).

Órgãos não governamentais, centros de atendimento e universidades vêm realizando programas para auxiliar na formação continuada de professores. A ideia é muito boa, porém, a qualidade varia de uma para outra e os programas, ainda, são poucos comparados à demanda (GÓES, 2004, p. 69-80).

Observa-se que, requer tempo e disposição para mudar a organização dos cursos de graduação e ensino médio com a finalidade da formação básica dos professores, para abordarem mais esta temática. O comum são, apenas, menções genéricas e sejam entregues poucos textos em algumas disciplinas do curso de magistério. Poucas alunas tiveram a oportunidade de estagiar em local com alguma criança especial. Em entrevista realizada com alunas do curso de magistério, verificou-se que, faziam confusões conceituais, assim como pensavam em alunos especiais somente enquanto deficientes sensoriais ou, apresentavam afirmações de senso comum e soluções vagas e simplificadas (GÓES, 2004, p. 69-80).

Analisando os docentes que já atuam em sala, percebe-se que, têm uma baixa expectativa em relação ao desenvolvimento do aluno surdo. É lamentável o fato de o aluno ter que se encaixar na sala de aula, e não a sala de aula ou as aulas se enquadrarem em suas limitações. Também não deve haver um pensamento de que, a atitude dos professores que pensam desse modo é politicamente incorreta e descompromissada. Verifica-se que, até docentes com maior sensibilidade acabam se vendo despreparados, e continuam com os mesmos conteúdos, planos uniformes de aula. Com esses trabalhos sem formação adequada, o aluno especial vai se perdendo no percurso do saber. É por enfrentar estas barreiras, que professores defendem a tese de que, apenas alunos sem deficiência frequentem a classe regular, e, aqueles os que as possuem, frequentem o ensino especial. Frente à falta de estrutura, os que tentaram escolas regulares acabaram retornando para o



atendimento educacional especializado ou escolas especializadas (GÓES, 2004, p. 69-80).

Sobre esta questão da estrutura, Glat (2007) atenta que, uma sala regular que contenha um aluno surdo deveria ter boa amplificação e um intérprete. Constata-se que, às vezes, mesmo com estes itens, os conteúdos não têm um significado para o discente, porque deveria haver uma adaptação dos modos de ensinar e das atitudes adotadas pelo professor.

Góes (2004) sinaliza que, há um aumento no desempenho escolar com o tradutor, porém, ele acaba fazendo mais do que este papel. Igualmente, esclarece e acrescenta pontos, fazendo com que haja uma aprendizagem paralela dentro da mesma classe: a do surdo por intermédio do intérprete, e a dos alunos ouvintes através do professor.

Outras tentativas são executadas através de um intercâmbio entre a sala regular e a escola especial, mas, na prática, não se observa uma real conexão entre os dois ambientes. Este intercâmbio é feito para que haja um apoio aos professores da sala regular, porém, neste caso, a culpa continua recaindo sobre os docentes e não no projeto geral da escola, o qual não foi alterado para acolher o deficiente (GÓES, 2004, p. 69-80).

Examina-se que o atendimento educacional especializado pode ser um meio importante de inclusão, em razão da carência de recursos que se verifica nas escolas. O docente deste setor realiza o atendimento pedagógico aos surdos, constituindo-se no sujeito facilitador do desenvolvimento escolar com a finalidade de incluí-lo na classe comum (GLAT, 2007, p. 106-110).

Como apoio, é indicada a sala de recursos multifuncionais, onde acontece atendimento individual ou a um pequeno grupo. Tem-se um professor especializado e materiais audiovisuais, entre eles, TV, microcomputador, aparelho de som, treinador de fala, enciclopédia em CD-ROOM, jogos e brinquedos educativos. A sala de recursos possibilita a interação do professor regente com o professor especializado, e possui a finalidade de reforçar os conceitos aprendidos na classe regular (GLAT,



2007, p. 106-110). Alvez, Ferreira e Damázio (2010), acrescentam que nela também podem constar mapas do Brasil e do mundo, um esqueleto humano, pintura em tela, DVDs, livros e dicionários. É importante destacar que neste atendimento são trabalhadas as duas línguas: Libras e Língua Portuguesa

O Atendimento Educacional Especializado ainda pode ser realizado na sala de aula comum, com a utilização de mural de avisos e notícias, biblioteca da sala, painéis de gravuras e fotos sobre temas de aula, roteiro de planejamento, fichas de atividades, além do professor poder recorrer ao teatro e as maquetes para uma melhor compreensão. Sendo na sala de aula comum, é realizado em um turno diverso ao que usualmente estuda, ou seja, em um momento em que o espaço se encontra vazio para abarcar somente este público (DAMÁZIO, 2007, p. 26-29).

Glat (2007) lembra que, ainda tem a opção do professor itinerante, aquele que atende o aluno com alguma deficiência e esteja matriculado na escola regular do ensino público, orienta e auxilia o professor regente na confecção de planejamentos.

Rigoldi e Neme (2017), em artigo publicado na Revista de Direito Sociais e Políticas Públicas, acrescentam outras sugestões, como adaptar o ambiente para permitir a acessibilidade e limitar o número de alunos em salas de aula onde estejam matriculados alunos com deficiência.

Sobre as escolas especiais, Góes (2004) critica a visão filantrópica e assistencialista deste atendimento educacional, alegando ser ineficiente. O Rio de Janeiro possui um instituto para atender, exclusivamente, este público, chamado Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES).

Frente a essa realidade é importante tratar sobre a integração e inclusão escolar de alunos surdos. A questão consiste em responder se ocorre apenas integração ou de fato, a inclusão.



4. APENAS INTEGRAÇÃO OU DE FATO INCLUSÃO?

A integração escolar consiste em unir, no mesmo grupo, crianças com e sem necessidades especiais por um período do dia ou durante todo o turno. Enquanto na integração fazem de conta que não existem diferenças entre este grupo de alunos, na inclusão elas são administradas e a diversidade é valorizada. Rigoldi e Neme (2017) ressaltam que, o estudante com deficiência pode estar integrado ao ambiente escolar comum, mas, não estar incluído. A efetiva inclusão se daria pela igualdade de condições, enquanto que, para a integração bastaria a igualdade de oportunidades. Em 1970 houve o movimento de integração escolar, enquanto que, nos anos de 1990 começou a se falar em educação inclusiva, tendo como referências a Constituição Federal da República do Brasil de 1988 e a Declaração de Salamanca de 1995.

Mantoan afirma, em seu livro “Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?”, que, se é o aluno que precisa se adaptar às possibilidades do ensino regular, esse é caso de integração escolar. Se nem todos os deficientes estão matriculados em salas de aulas comuns por não estarem aptos à inserção, também houve apenas integração. O aluno, então, estaria transitando entre o atendimento educacional especializado e a classe regular e, nesse caso, a autora chama de inserção parcial. Nesse aspecto se difere a inclusão e a integração, já que, a inclusão seria a inserção de forma radical, ou seja, não deixar ninguém no exterior do ensino regular, desde o começo da vida escolar (MANTOAN, 2015, p. 27).

Faz-se necessário pensar o período após a etapa da matrícula da pessoa com deficiência no ensino regular, pois o assunto em pauta deverá ser a permanência e aprendizagem.

Rigoldi e Neme (2017), em relação a integração e inserção, dizem ser caso de integração escolar, mesmo quando o aluno com deficiência conseguiu fazer sua matrícula, porém, não interage, aprende, ou progride e nem desenvolve as habilidades que se espera de um processo de ensino-aprendizagem satisfatório, considerando os limites de cada deficiência.



Góes entende que, se a escola somente mantém um aluno especial em sala, com um aprendizado insatisfatório, ou o reencaminha para instituições especializadas, esse modelo não é inclusão. Ela esclarece que, inclusão “envolve confronto de posições e necessidade de negociações, bem como acertos, erros e correções de rumo” (GÓES, 2004, p. 80).

Também, Góes pontua que,

Entendo, como outros educadores, que a inclusão implica compromisso do sistema público com os alunos atendidos e que os encaminhamentos de ação não devem ser homogêneos. As transições devem ser examinadas sem a ilusão de modelos ideais, mas, pelo menos, com o anseio de mudanças desejáveis para a superação das condições insatisfatórias atuais (GÓES, 2004, p. 80).

Historicamente, de início, a oralidade foi considerada como único caminho possível de aprendizagem e integração social na educação de surdos. Hoje, a qualidade na educação dos mesmos se traduz na aprendizagem da Libras e da língua portuguesa (LODI; MELO; FERNANDES, 2012, p. 77).

Lodi, Melo e Fernandes declaram que,

A escola para surdos deve estar voltada para a construção de um perfil de cidadão que supere a simples acumulação de conhecimento ou a sua repetição mecânica, mas compreende como o conhecimento transforma e é transformado pelo sujeito. Aprender a ler e escrever está além de conhecer os “mistérios” de um sistema linguístico, que é perceber que esta aprendizagem se transforma em instrumento de construção de novos conhecimentos e, principalmente, pode ser mais um instrumento de reconhecimento, de interferência e de participação no mundo. A escola que reconhece e que enfrenta a organização de um projeto político pedagógico cuja proposta curricular garante respostas educativas vivenciando os conflitos provocados pelas diferenças físicas, sociais, culturais e étnicas está se aproximando do que podemos conceber por uma educação inclusiva (LODI; MELO; FERNANDES, 2012, p. 78-79).

O atendimento educacional especializado, a sala de recursos e o intérprete de Libras são ofertas educativas para o aluno surdo dentro de uma turma regular. Analisar essa situação consiste em verificar que, esse é um caso em que segrega para integrar. É



por isso que, estas ofertas educativas têm que ser vistas como parte da comunidade escolar, pois, por outro olhar poderia achar que estão se afastando das ações coletivas (LODI; MELO; FERNANDES, 2012, p. 80).

Essas considerações acerca desse assunto foram possíveis por meio de revisão bibliográfica, cujas leituras viabilizaram conhecer um pouco mais essa realidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo da introdução e do desenvolvimento deste estudo foram confirmadas a relevância e atualidade do tema “educação inclusiva”. Ao fazer uma conexão entre os documentos legais e a realidade escolar, verificando a igualdade de aprendizagem, uma escola regular com alunos especiais precisa dar uma atenção diferenciada a este grupo. Dar a mesma atenção para todos, nesta situação, não significaria atingir a igualdade, pois acarretaria um *déficit* no desempenho do aluno especial (GÓES, 2004, p. 69-80).

Acredita-se que, os objetivos propostos na introdução foram atingidos, uma vez que, expostas as três alternativas de estudo para o surdo, assim como os recursos humanos e materiais necessários para que consiga se inserir em uma classe regular. Contrapôs-se a integração e inclusão, criticando a ideia de que, as matrículas de crianças especiais em instituições regulares do ensino público estariam, por si só, efetivando a inclusão. Comprovou-se que não. A inclusão é um processo longo, necessitando que a escola faça adaptações.

A revisão bibliográfica possibilitou apresentar sugestões que envolvem os professores, colegas de classe e ajustes no projeto pedagógico da escola. A aplicação destas sugestões permitiria uma efetiva inclusão, solucionando o problema de pesquisa.

Não é suficiente, simplesmente, a matrícula do aluno especial em uma escola regular para a ocorrência da inclusão. Deve-se adaptar os recursos e procedimentos de ensino. Observou-se que, por mais que, o número de alunos especiais matriculados em escolas somente voltadas para este público seja maior, vem aumentando os



inscritos em sala comum. Porém, dados comprovam que, menos da metade das salas comuns possuem salas de recursos para complementar o aprendizado. Na tentativa de encontrar uma solução, existe a proposta de os municípios apontarem unidades escolares especificadas, de modo a concentrar recursos humanos e materiais que possibilitem uma inclusão real (GÓES, 2004, p. 69-80).

Apresentou-se nesse estudo que, o estudante surdo possui como opções a classe regular, o atendimento educacional especializado e a escola especial. Como em uma classe regular, a maioria são ouvintes, o currículo é feito visando este público. Porém, Góes (2004) defende que, o entrave não pode ser quantitativo, ou seja, pelo fato desses alunos serem, normalmente, poucos em uma sala regular, a instituição não poderá deixar de se esforçar para a sua inclusão, relegando-o em segundo plano. A sugestão consiste em estimular a comunicação entre os alunos surdos e ouvintes, organizando as mesas em duplas ou quartetos e propondo atividades em grupo.

Sugestões foram feitas também para os docentes, os quais devem acolher e dar atenção ao aluno surdo. Os professores ao verificarem que, o deficiente auditivo não compreendeu o que foi dito em sala de aula, deverão trocar seu vocabulário e comandos por aqueles mais simples e claros, além de tomarem cuidado com o excesso de articulação das palavras e de velocidade da fala. Facilitaria a compreensão dos textos a utilização da Libras, gestos, mímicas, recursos visuais e o quadro de giz, bem como materiais adaptados, entre eles, o treinador de fala, tablado ou *softwares* educativos. Igualmente, alternativas que podem ajudar, são: ficar em uma posição que o aluno surdo consiga fazer a leitura da fala; criar espaços que possibilitem ao aluno desenvolver e estimular a criatividade, ludicidade, autonomia, memorização, raciocínio lógico e sociabilização; e fazer uso de glossários ou listas de palavras que estarão incluídas na atividade desenvolvida e anexá-las em um mural visível a todos na sala. A fim de aumentar a assimilação do que foi dito é interessante fazer síntese e resumir conclusões. E, como o deficiente auditivo necessita estar atento, visualmente, a todo tempo, uma forma de deixá-lo descansar um pouco é alternar atividades verbais com as motoras, como as brincadeiras e danças.



Pelo fato de os cursos de magistério e graduação só mencionarem de forma genérica o tema e os futuros professores obterem soluções vagas e simplificadas para as novas demandas da diversidade, faz-se necessário investir na formação continuada. Na tentativa de reverter este despreparo para lidar com estudantes que sejam deficientes auditivos, o curso de Libras passou a ser uma disciplina obrigatória em todos os cursos de formação de professores. Observa-se, na prática, que o professor acumula uma carga absurda de trabalho nessa realidade, bem como não tem suporte humano e material, e nem experiências formativas suficientes para lidar com uma sala mista, excetuando casos de esforços individuais e propostas específicas. Estes novos desafios surtiram dois efeitos: estão servindo de norte para a formação básica e continuada de professores, e as escolas estão tomando ciência das diretrizes e recomendações oficiais para adaptarem seus currículos (GÓES, 2004, p. 69-80).

Em relação as soluções que a escola regular pode apresentar, pode-se contratar um intérprete. Por mais que tenha um ganho no desenvolvimento acadêmico, acarreta uma aprendizagem paralela dentro do mesmo espaço: a do surdo por intermédio do intérprete, e a dos alunos ouvintes através do professor.

A sala de recursos multifuncionais pode ser utilizada como complementação à classe regular. Nela, tem-se um professor especializado que atende um ou alguns estudantes surdos e, através de materiais audiovisuais, reforça os conceitos aprendidos na classe regular.

Outro subitem, o chamado atendimento educacional especializado, é considerado por muitos autores como segregador. Uma das autoras pesquisadas, Rosana Glat visualiza como uma saída para a falta de recursos, considerando-o como meio de inclusão. Ana Claudia Balieiro Lodi também vê este atendimento como um caso em que segrega com o fim de integrar. O professor do atendimento educacional especializado realiza o acompanhamento pedagógico junto aos surdos, com a finalidade de melhorar o desenvolvimento escolar e, assim, incluí-lo na classe comum.

Em entrevistas realizadas com professores, foram ouvidas afirmações de que, alunos sem deficiência deveriam frequentar a classe regular, enquanto que, os que as



possuem, frequentariam o ensino especial. Em razão de uma ausência de estrutura, os que tentam escolas regulares retornam para o atendimento educacional especializado ou escolas especializadas. Uma das autoras pesquisadas, Góes, caminha no sentido inverso do que pensam estes professores, considerando ineficiente a visão filantrópica e assistencialista das escolas especiais.

Os conceitos de integração e inclusão constituíram parte da abordagem dessa pesquisa. Constatou-se que, para se atingir a integração, basta fornecer iguais oportunidades aos alunos especiais e ao resto da comunidade. Entretanto, para a concretização da inclusão, teriam que ser fornecidas igualdade de condições. Mesmo depois que consegue realizar a matrícula da criança especial em um colégio, caso não sejam tomadas medidas para sua permanência e desenvolvimento das suas habilidades, na busca por um processo de ensino-aprendizagem satisfatório, se apresentará como integração. Verificou-se que, caso seja o aluno especial que precisa se adaptar ao ensino regular, e a escola não realiza adaptações para recebê-lo, esse também é o caso de integração. Mantoan (2015) opina que, ao frequentar a classe regular e o atendimento educacional especializado, o estudante estaria tendo uma inserção parcial.

Góes (2004) afirma, que é necessário um projeto diferenciado de currículo, metodologias e, apoio efetivo ao professor, para que o aluno especial desenvolva suas habilidades. Glat (2007) complementa que, a rede de ensino deve fazer adaptações e dar suporte ao aluno surdo para que se desenvolva social e cognitivamente de forma plena. No entanto, observa-se, na prática, que não estão conseguindo atingir os objetivos de inserção social e acadêmica.

Esta pesquisa deve ter continuidade em estudos futuros de modo que a educação inclusiva não seja somente reconhecida como o melhor meio de inserção do aluno, mas que ela passe, na prática, a ser uma realidade nas escolas brasileiras. Visto que a maioria das escolas regulares ainda não estão preparadas para receber uma diversidade de indivíduos, deve ser feita uma investigação de quais mudanças em sua estrutura, funcionamento e prática educativa possibilitariam este real acolhimento.



REFERÊNCIAS

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2010.

BERMÚDEZ, Ana Carla; MARTINS, Leonardo. Surdos celebram videoprova do Enem em Libras e redação: "um grito de socorro". **UOL Educação**. São Paulo, 2017. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/11/08/o-tema-da-redacao-do-enem-foi-um-grito-de-socorro-diz-participante-surdo.htm>><<https://educacao.uol.com.br/noticias/2017/11/08/o-tema-da-redacao-do-enem-foi-um-grito-de-socorro-diz-participante-surdo.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm><http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22 out. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação/SEESP: **Subsídios para organização e funcionamento de serviços de educação especial: área da deficiência auditiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 1995.

DAMÁZIO, Mirlene Ferreira Macedo. **Atendimento educacional especializado: pessoa com surdez**. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2007.

GLAT, Rosana. **Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Rio de Janeiro: 7 letras, 2007.

LODI, Ana Claudia Balieiro; MELO, Ana Dorziat Barbosa; FERNANDES, Eulalia. **Letramento, bilinguismo e educação de surdos**. 1ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: o que é? por quê? como fazer?** São Paulo: Summus Editorial, 2015.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 8ª ed. São Paulo: Atlas, 2019.

RIGOLDI, Vivianne; NEME, Eliana Franco. Atendimento educacional especializado e educação inclusiva: o confronto entre a educação especial e a prática escolar regular. **Revista de direitos sociais e políticas públicas**. Brasília, v. 3, n. 1, p. 38 –59, 2017. Disponível em: <<http://www.indexlaw.org/index.php/revistadspp/article/view/2125/pdf>>. Acesso em: 22 out. 2022.



Enviado: 02 de Janeiro, 2023.

Aprovado: 22 de Junho, 2023.

¹ Pós-graduação em Gestão do trabalho pedagógico (supervisão, orientação, inspeção e administração) - Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós-graduação em Educação especial e Neuropsicopedagogia - Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós-graduação em Direito Civil - Faculdade Venda Nova do Imigrante; Pós-graduação em Direito Público - Faculdade Venda Nova do Imigrante; graduação em Direito - Universidade Federal do Rio de Janeiro; licenciatura em Pedagogia - Centro Universitário Claretiano; licenciatura em Letras: Português/Inglês - Universidade Veiga de Almeida. ORCID: 0000-0002-1357-683X. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/3005017293273697>

² Orientadora. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0274421563778121>